



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTO BELO**  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
**UNIDADE CENTRAL DE CONTROLE INTERNO**  
**CONTROLADORIA GERAL MUNICIPAL**

---

# **RELOCI**

## **RELATÓRIO E PARECER CONCLUSIVO DO ÓRGÃO CENTRAL DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO**

### **CONTAS DO PREFEITO**

**JAIME SANTOS DE OLIVEIRA JÚNIOR**  
PREFEITO MUNICIPAL

**FELIPE FONSECA DE OLIVEIRA**  
VICE-PREFEITO

**TEODORICO SANTOS DE OLIVEIRA FILHO**  
CONTROLADOR GERAL

**EMÍDIO FERREIRA DE SOUZA**  
TÉCNICO CONTÁBIL

### **APRESENTAÇÃO**

O Sistema de Controle Interno do Município de Ponto Belo-ES foi implantado através da Lei Municipal nº 350/2012 alterada pela Lei 386/2013 e Regulamentado pelo Decreto Municipal 524/2013, alterado pelo Decreto Municipal 671/2018, nos termos da Resolução 227/2011, alterada pela Resolução 257/2013 do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, em obediência aos artigos 31, 70 e 74 da Constituição Federal e artigos 29, 70 e 76 da Constituição Estadual.

Para cumprimento das determinações contidas na IN TCE/ES nº 43/2017 e o disposto no artigo 59 da Lei Complementar nº 101/2000 – LRF apresentamos o Relatório e Parecer Conclusivo da Unidade Central de Controle Interno da



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTO BELO**  
**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**UNIDADE CENTRAL DE CONTROLE INTERNO**  
**CONTROLADORIA GERAL MUNICIPAL**

---

Prefeitura Municipal de Ponto Belo-ES, sobre as Contas do exercício financeiro de 2021, referente às Contas do Prefeito.

O desígnio dos trabalhos para emissão de relatório e parecer conclusivo do controle interno, limitou-se a análise e avaliação dos procedimentos dos pontos de controle do Anexo III da tabela 6 da IN TCE/ES 043/2017. (Alterada pelas Instruções Normativas nºs 047/2018, 054/2019 e 058/2019).

A elaboração do presente relatório se perfaz com base nas informações extraídas dos sistemas dos Departamentos de Contabilidade, Tributário, Recursos Humanos, Almoxarifado e Patrimônio, assim como, diante de análises e verificações realizadas durante o exercício de 2021 e demais solicitações da UCCI na efetivação dos trabalhos desta Unidade.

### **DAS ATRIBUIÇÕES DA UNIDADE CENTRAL DE CONTROLE INTERNO**

A Unidade Central de Controle Interno – UCCI tem como função primordial promover o Controle Interno na Prefeitura Municipal de Ponto Belo, cumprindo com suas atribuições legais e constitucionais que, dentre as quais, destaca-se promover efetividade, economicidade e regularidade à gestão municipal.

Além disso, cabe ao Controle Interno Municipal a missão de proteger o patrimônio público através do auxílio e orientação quanto à elaboração de instruções normativas que objetivem estabelecer padrões procedimentais no âmbito administrativo, assegurando o cumprimento das normas internas, das leis municipais e da legislação federal.

Inclui-se também como atribuição da Unidade Central de Controle Interno a realização de auditorias nas mais diversas áreas de atuação da gestão pública (no âmbito dos processos administrativos de todas as Secretarias), as quais são destinadas a fiscalização preventiva e corretiva dos recursos municipais, de modo a avaliar e orientar os Gestores e ao Chefe do Poder Executivo acerca do cumprimento das metas fiscais e índices constitucionais, evitando, assim, que eventuais falhas na execução orçamentária e financeira possam resultar em penalização administrativa, civil ou criminal aos Gestores.

Importa registrar que a institucionalização e implementação do “Sistema de Controle Interno” não se tratam apenas de exigência da Constituição Federal e Estadual, mas também consiste na necessidade crescente de dotar os Municípios de mecanismos que assegurem, entre outros aspectos, o cumprimento das determinações legais, a proteção de seu patrimônio e a



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTO BELO**  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
**UNIDADE CENTRAL DE CONTROLE INTERNO**  
**CONTROLADORIA GERAL MUNICIPAL**

---

otimização na aplicação dos recursos públicos, proporcionando, assim, maior transparência e tranquilidade aos atos de seus gestores.

A despeito disso, a Lei Municipal nº 350/2012 alterada pela Lei 386/2013 e Regulamentado pelo Decreto Municipal 524/2013, alterado pelo Decreto Municipal 671/2018, prevê como atribuições da Unidade Central de Controle Interno, dentre outras, as seguintes:

- Coordenar as atividades relacionadas com o Sistema de Controle da Prefeitura Municipal, abrangendo a administração Direta e Indireta, ou da Câmara Municipal, conforme o caso, promover a integração operacional e orientar a elaboração dos atos normativos sobre procedimentos de controle;
- Apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional, supervisionando e auxiliando as unidades executoras no relacionamento com o Tribunal de Contas do Estado, quanto ao encaminhamento de documentos e informações, atendimento às equipes técnicas, recebimento de diligências, elaboração de respostas, tramitação dos processos e apresentação dos recursos;
- Assessorar a administração nos aspectos relacionados com os controles internos e externos e quanto à legalidade dos atos de gestão, emitindo certificados, pareceres e relatórios sobre os mesmos;
- Interpretar e pronunciar-se sobre a legislação concernente à execução orçamentária, financeira e patrimonial;
- Medir e avaliar a eficiência, eficácia e efetividade dos procedimentos de controle interno, através das atividades de auditoria interna a serem realizadas, mediante metodologia e programação próprias, nos diversos sistemas administrativos, da Prefeitura Municipal, abrangendo as administrações Direta e Indireta, ou da Câmara Municipal, conforme o caso, expedindo relatórios com recomendações para o aprimoramento dos controles;
- Avaliar o cumprimento dos programas, objetivos e metas espelhadas no Plano Plurianual, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e no Orçamento, inclusive quanto a ações descentralizadas executadas à conta de recursos oriundos dos Orçamentos Fiscal e de Investimentos;



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTO BELO**  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
**UNIDADE CENTRAL DE CONTROLE INTERNO**  
**CONTROLADORIA GERAL MUNICIPAL**

---

- Exercer o acompanhamento sobre a observância dos limites constitucionais, da Lei de Responsabilidade Fiscal e os estabelecidos nos demais instrumentos legais;
- Estabelecer mecanismos voltados a comprovar a legalidade e a legitimidade dos atos de gestão e avaliar os resultados, quanto à eficácia, eficiência e economicidade na gestão orçamentária, financeira, patrimonial e operacional da Prefeitura Municipal, abrangendo a Administração Direta e Indireta, ou da Câmara Municipal, conforme o caso, bem como, na aplicação de recursos públicos através de convênios, acordos ou contratos;
- Exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres do Ente;
- Supervisionar as medidas adotadas pelos Poderes, para o retorno da despesa total com pessoal ao respectivo limite, caso necessário, nos termos dos artigos 22 e 23 da Lei de Responsabilidade Fiscal;
- Alertar a autoridade competente para tomar as providências, conforme disposto no art. 31, da Lei de Responsabilidade Fiscal, para recondução dos montantes das dívidas consolidada e mobiliária aos respectivos limites;
- Aferir a destinação dos recursos obtidos com a alienação de ativos, tendo em vista as restrições constitucionais e as da Lei de Responsabilidade Fiscal;
- Acompanhar a divulgação dos instrumentos de transparência da gestão fiscal nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal, **em especial quanto ao Relatório Resumido da Execução Orçamentária e ao Relatório de Gestão Fiscal**, aferindo a consistência das informações constantes de tais documentos;
- Participar do processo de planejamento e acompanhar a elaboração do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária;
- Manifestar-se, por iniciativa própria ou quando solicitado pela administração, acerca da regularidade e legalidade de processos administrativos de licitação, sua dispensa ou inexigibilidade e sobre o cumprimento e/ou legalidade de atos, contratos e outros instrumentos congêneres;
- Propor a melhoria ou implantação de sistemas de processamento eletrônico de dados em todas as atividades da administração pública, com o objetivo de



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTO BELO**  
**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**UNIDADE CENTRAL DE CONTROLE INTERNO**  
**CONTROLADORIA GERAL MUNICIPAL**

---

aprimorar os controles internos, agilizar as rotinas e melhorar o nível das informações;

- Instituir e manter sistema de informações para o exercício das atividades finalísticas do Sistema de Controle Interno;
- Verificar os atos de admissão de pessoal, aposentadoria, reforma revisão de proventos e pensão para posterior registro no Tribunal de Contas;
- Manifestar através de relatórios, auditorias, inspeções, pareceres e outros pronunciamentos voltados a identificar e sanar as possíveis irregularidades;
- Alertar formalmente a autoridade administrativa competente para que instaure imediatamente a Tomada de Contas, sob pena de responsabilidade solidária, as ações destinadas a apurar os atos ou fatos inquinados de ilegais, ilegítimos ou antieconômicos que resultem em prejuízo ao erário, praticados por agentes públicos, ou quando não forem prestadas as contas ou, ainda, quando ocorrer desfalque, desvio de dinheiro, bens ou valores públicos;
- Revisar e emitir parecer sobre os processos de Tomadas de Contas Especiais instauradas pela Prefeitura Municipal, incluindo suas administrações Direta e Indireta, ou pela Câmara Municipal, conforme o caso, determinadas pelo Tribunal de Contas do Estado;
- Após esgotar as ações na esfera administrativa, o responsável pela Unidade Central de Controle Interno do respectivo poder, representará ao TCEES, sob pena de responsabilidade solidária, sobre as irregularidades e ilegalidades identificadas e as medidas adotadas;
- Emitir parecer conclusivo sobre as Contas Anuais prestadas pela Administração;
- Realizar outras atividades de manutenção e aperfeiçoamento do Sistema de Controle Interno.

Como se observa, além das atribuições acima elencadas, à Unidade Central de Controle Interno do Município compete prestar consultoria e assessoramento às Secretarias e ao Prefeito Municipal, sempre que solicitada, visando contribuir para a maximização dos resultados na gestão.

#### **DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL**



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTO BELO**  
**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**UNIDADE CENTRAL DE CONTROLE INTERNO**  
**CONTROLADORIA GERAL MUNICIPAL**

---

Atualmente a Unidade Central de Controle Interno deste Órgão do Poder Executivo do Município de Ponto Belo possui status de Secretaria e é subordinada diretamente ao Chefe do Executivo (Art. 7º da Lei Municipal nº 350/2012).

Quanto à estrutura física registramos que a UCCI é instalada no prédio da Prefeitura Municipal, situado na sede do Município e possui sala própria apta para utilização, com recursos necessários aos trabalhos.

Já no que concerne ao quadro de pessoal lotado na UCCI, esclarecemos que este Controlador Geral possui nível superior em Direito, preenchendo os requisitos legais para ocupar o cargo, o qual atua sozinho nas atribuições específicas do Setor desde janeiro de 2021.

**MANIFESTAÇÃO DO ÓRGÃO CENTRAL DE CONTROLE INTERNO SOBRE  
A PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL DE GOVERNO – PONTO BELO**

**Emitente: Unidade Central do Sistema de Controle Interno-UCCI**

**Entidade: Município de Ponto Belo**

**Gestor responsável: Jaime Santos de Oliveira Filho**

**Exercício: 2021**

**RELATÓRIO**

**Introdução**

Observando o que dispõe o artigo 74 da Constituição Federal de 1988 e o que dispõe o artigo 59 da Lei Complementar nº 101/2000 – LRF, esse órgão de controle interno realizou, no exercício supramencionado, procedimentos de controle, objetivando principalmente:

I - avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos do ***Município de Ponto Belo-ES***



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTO BELO**  
**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**UNIDADE CENTRAL DE CONTROLE INTERNO**  
**CONTROLADORIA GERAL MUNICIPAL**

---

II - comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração do **Município de Ponto Belo-ES**, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado;

III - exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres do **Município de Ponto Belo-ES**

IV - apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

A seguir apresentamos os procedimentos adotados, seguidos das constatações e proposições sugeridas, emitindo, ao final, nosso parecer conclusivo.

Ressaltamos oportunamente que os pontos de controle avaliados foram listados com a palavra “Sim” e as observações segue na horizontal “Resultado da análise”, onde constam as observações/esclarecimentos decorrentes das avaliações, bem como possíveis inconformidades detectadas. Por fim, considerando que o sistema de controle interno de Ponto Belo-ES encontrava-se no exercício de 2021 em fase de implantação e, considerando ainda que a Unidade Central De Controle Interno contar apenas com este subscritor, algumas as matérias (pontos de controle), não foram apreciadas, as quais estão listadas com a palavra “Não”, Conforme orienta a IN TCE/ES 043/2017

**1. PROCEDIMENTOS DE CONTROLE ADOTADOS PELA UNIDADE CENTRAL DE CONTROLE INTERNO**

|   |
|---|
| <b>1.Itens de abordagem prioritária</b> |
|---|

|   |
|---|
| <b>1.1 Gestão fiscal, financeira e orçamentária</b> |
|---|

| Código | Ponto de Controle | Base Legal | Procedimento | Visto | Processos Administrativos | Resultado da Análise |
|--------|-------------------|------------|--------------|-------|---------------------------|----------------------|
|--------|-------------------|------------|--------------|-------|---------------------------|----------------------|



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTO BELO**  
**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**UNIDADE CENTRAL DE CONTROLE INTERNO**  
**CONTROLADORIA GERAL MUNICIPAL**

|       |   |                       |   |     | <b>Analizados</b>   |  |
|-------|---|-----------------------|---|-----|---|--|
| 1.1.1 | Prestação de contas anual-execução orçamentaria               | LC 101/2000, art. 58. | Avaliar se a prestação de contas anual do chefe do poder executivo evidencia o desempenho da arrecadação em relação à previsão, destacando as providências adotadas no âmbito da fiscalização das receitas e combate a sonegação as ações de recuperação de créditos nas instâncias administrativas e judicial, bem como as demais medidas para incremento das receitas tributárias e de contribuições. | SIM | Verificação documental realizada  | É evidenciado na prestação de contas anual o desempenho da arrecadação em relação à previsão, porém, não destaca nenhuma providência no âmbito da fiscalização.  |
| 1.1.2 | Transferência de recursos orçamentários ao Poder Legislativo. | CRFB/88, art. 168.    | Avaliar se os recursos correspondentes às dotações orçamentárias, compreendidos os créditos suplementares e especiais, destinados aos órgãos do Poder Legislativo, foram transferidos pelo Poder Executivo até o dia 20 de cada mês, em duodécimos.   | SIM | Verificação documental: Relatório de pagamentos efetuados. – Movimento financeiro | Não houve dotações orçamentárias, créditos suplementares e especiais, destinados aos órgãos do Poder Legislativo, municipal no exercício em tese. As transferências ao Poder Legislativo foram apenas referentes ao duodécimo, estes foram transferidos conforme preconiza a lei até o dia 20 de cada mês. Com exceção do mês de junho, que foi repassado dia 21. No dia 31/12 foi devolvido À Prefeitura o valor de R\$ 35.882,77 |





**PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTO BELO**  
**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**UNIDADE CENTRAL DE CONTROLE INTERNO**  
**CONTROLADORIA GERAL MUNICIPAL**

**1.2. Gestão patrimonial**

| <b>Código</b> | <b>Ponto de Controle</b>                                      | <b>Base Legal</b>     | <b>Procedimento</b>   | <b>Visto</b> | <b>Processos Administrativos Analisados</b>                     | <b>Resultado da Análise</b>   |
|---------------|---|-----------------------|---|--------------|---|---|
| 1.2.1         | Dívida ativa e demais créditos tributários – cobrança regular | LC 101/2000, art. 11. | Avaliar se foram adotadas medidas com vistas à cobrança da dívida ativa e dos demais créditos tributários de competência do ente da federação.  | SIM          | Relatório de arrecadação por receita de crédito. Setor tributos | Os créditos não recebidos estão sendo sim objeto de inscrição em dívida ativa antes de sua prescrição. Sendo que as inferiores a 5.000 VRTE's são cobradas administrativamente e. Somente valores acima deste referência e que são judicializados. Conforme Lei 453/2015. |
| 1.2.2         | Obrigações contraídas no último ano de mandato                | LC 101/2000, art. 42  | Avaliar se o titular do Poder contraiu, nos dois últimos quadrimestres do seu mandato, obrigações que não puderam ser cumpridas integralmente dentro dele, ou que tiveram parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem suficiente disponibilidade de caixa. | SIM          |   | As obrigações contraídas no período foram pagas ou foi deixado recursos para salda-las  |
|               |   |                       |   |              |   |   |

**1.3 Limites constitucionais e legais**

| <b>Código</b> | <b>Ponto de Controle</b>    | <b>Base Legal</b>         | <b>Procedimento</b>   | <b>Visto</b> | <b>Processos Administrativos Analisados</b> | <b>Resultado da Análise</b>                                 |
|---------------|-----------------------------|---------------------------|---|--------------|---|---|
| 1.3.1         | Educação – aplicação mínima | CRFB/88, art. 212. Lei nº | Avaliar se a aplicação de recursos na manutenção e no desenvolvimento do ensino | SIM          | Conformidade – Verificação Documental       | Constatou-se que o município aplicou R\$ 6.493.655,35 (seis |



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTO BELO**  
**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**UNIDADE CENTRAL DE CONTROLE INTERNO**  
**CONTROLADORIA GERAL MUNICIPAL**

|       |  |                                       |   |     |   |   |
|-------|--|---------------------------------------|---|-----|---|---|
|       |  | 9.394/1996 (LDB), art. 69.            | atingiu o limite de vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino, considerando recursos aplicados a totalidade de despesas liquidadas compatíveis à função de governo, conforme Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB. Educação – remuneração dos profissionais do magistério CRFB/88, art. 60, inciso XII do ADCT. |     | efetuada no Demonstrativo Simplificado do RREO  | milhões, quatrocentos e noventa e três mil, seiscentos e cinquenta e cinco reais e trinta e cinco centavos) Correspondente ao percentual de 29,66% atendendo o disposto no artigo 212 da CRFB/88 e artigo 69 da LDB |
| 1.3.2 | Despesas com pessoal – abrangência.  | LC 101/2000, art. 18.                 | Avaliar se todas as despesas com pessoal, inclusive mão de obra terceirizada que se referem à substituição de servidores, foram consideradas no cálculo do limite de gastos com pessoal previstos na LRF.   | SIM | Conformidade – Verificação documental efetuada no– RGF. Demonstrativo da despesa com pessoal. | Todas as despesas com pessoal foram consideradas no cálculo do limite de gastos   |
| 1.3.3 | Despesas com pessoal – limite  | LC 101/2000, arts. 19 e 20.           | Avaliar se os limites de despesas com pessoal estabelecidos nos artigos 19 e 20 LRF foram observados.   | SIM | Conformidade – Verificação documental efetuada no– RGF. Demonstrativo da despesa com pessoal. | Foram observados,<br><br>O Executivo atingiu 48,58%<br>Atendendo a alínea “b” inciso III do artigo 20 da LC 101/2000.   |
| 1.3.4 | Despesas com pessoal – descumprimento de limites – nulidade do ato                                   | LC 101/2000, art. 21.                 | Avaliar se foram praticados atos que provocaram aumento das despesas com pessoal sem observar as disposições contidas nos incisos I e II, do artigo 21, da LRF  | SIM | .   | Todos os atos praticados com despesa de pessoal foram precedidos de observância aos limites do artigo 21 inciso I e II da LRF.  |
| 1.3.5 | Despesas com pessoal – aumento das despesas nos últimos 180 dias do fim de mandato – nulidade do ato | LC 101/2000, art. 21, parágrafo único | Avaliar se foram praticados atos que provocaram aumento das despesas com pessoal, expedidos nos cento e oitenta dias anteriores ao final do mandato do titular do Poder.  | SIM |   | O item em questão não se faz necessário por se tratar do primeiro ano da gestão   |



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTO BELO**  
**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**UNIDADE CENTRAL DE CONTROLE INTERNO**  
**CONTROLADORIA GERAL MUNICIPAL**

|       |   |  |  |     |  |  |
|-------|---|--|--|-----|--|--|
|       |   |  |  |     |  |  |
| 1.3.6 | Despesas com pessoal – limite prudencial – vedações   | LC 101/2000, art. 22, parágrafo único.                 | Avaliar se as despesas totais com pessoal excederam 95% do limite máximo permitido para o Poder e, no caso de ocorrência, se as vedações previstas no artigo 22, parágrafo único, incisos I a V, da LRF foram observadas.  | SIM | Conformidade – Verificação documental efetuada no RGF<br><br>Demonstrativo da despesa com pessoal.   | As despesas com pessoal conforme RGF <b>foram de R\$ 15.704.867,32</b> , (quinze milhões, setecentos e quatro mil oitocentos e sessenta e sete reais e trinta e dois centavos), ou seja, 48,58% da receita corrente líquida. O limite máximo permitido na receita corrente líquida foi de 17.455.920,65 (dezessete milhões, quatrocentos e cinquenta e cinco mil, novecentos e vinte reais e sessenta e cinco centavos), portanto, as despesas totais com pessoal atingiram o limite de <b>89,97%</b> do limite de alerta <b>54%</b> . |
| 1.3.7 | Despesas com pessoal – extrapolação do limite – providências/medidas de contenção                     | LC 101/2000, art. 23. c/c CRFB/88, art. 169, §§3º e 4º | Avaliar se as despesas totais com pessoal ultrapassaram o limite estabelecido no artigo 20 da LRF e, no caso de ocorrência, se as medidas saneadoras previstas no artigo 23 (e 168, §§3º e 4º da CF 88) foram adotadas.  | SIM | Conformidade Verificação documental efetuada no RGF<br>Demonstrativo da despesa com pessoal.   | 15.704.867,32, (quinze milhões, setecentos e quatro mil oitocentos e sessenta e sete reais e trinta e dois centavos), ou seja, 48,58% da receita corrente líquida. portanto, não ultrapassando o limite estabelecido no artigo 20 da LRF.  |
| 1.3.8 | Despesas com pessoal – expansão de despesas – existência de dotação orçamentária – autorização na LDO | CRFB/88, art. 169, § 1º                                | Avaliar se houve concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, criação de cargos, empregos e funções ou alteração de estrutura de carreiras, bem como admissão ou contratação de pessoal, a qual quer título, pelos órgãos e entidades da administração direta ou indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo poder público, inobservado a inexistência: | SIM | As contratações no exercício 2021 foram em cargos comissionados já existentes e Em processos seletivos para suprir as saídas com contratos no seu termino. | Os atos que envolveram o referido item foram precedidos de legalidade.   |



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTO BELO**  
**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**UNIDADE CENTRAL DE CONTROLE INTERNO**  
**CONTROLADORIA GERAL MUNICIPAL**

|       |   |                           |  |     |   |  |
|-------|---|---------------------------|--|-----|---|--|
|       |   |                           | I – de prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes;       | SIM | Leis referidas  | Acompanhada de Prévia dotação orçamentária   |
|       |   |                           | II – de autorização específica na lei de diretrizes orçamentárias, ressalvadas as empresas públicas e as sociedades de economia mista. | SIM | Artigo 44 da Lei nº59+6/2020 (LDO) Das Disposições sobre Despesas com pessoal                                       | As lei aqui relacionadas foram elaboradas em obediência a autorização específica da LDO.   |
| 1.3.9 | Transferências para o Poder Legislativo Municipal | CRFB/88, art. 29-A, § 2º. | Avaliar se os repasses ao Poder Legislativo Municipal obedeceram os dispositivos contidos no § 2º do artigo 29- A da CRFB/88.          | SIM | Verificação documental: Lei 600/2020 (LOA);<br><br>Relatório de pagamentos efetuados. –<br><br>Movimento financeiro | Em 20 de Janeiro R\$ 86.300,00<br>Em 19 de fevereiro R\$ 86.300,00<br>Em 19/03 de março. R\$ 86.300,00<br>Em 20 de abril R\$ 86.300,00<br>Em 20 de maio R\$ 86.300,00<br>Em 21 de junho R\$ 86.300,00 (dia 20 foi domingo)<br>Em 20 de julho R\$ 86.300,00<br>Em 20 de agosto 86.300,00<br>Em 20 de setembro 86.300,00<br>Em 20 de outubro R\$ 86.300,00<br>Em 19 de novembro R\$ 86.300,00<br>Em 20 de dezembro R\$.86.300,00 e um complemento de R\$ 14.400,00 em 28 de dezembro a título de complementação<br><br>Perfazendo um total de R\$ 1.050.000,00<br><br>Sendo no dia 31 de dezembro foi feito a devolução de R\$ |



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTO BELO**  
**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**UNIDADE CENTRAL DE CONTROLE INTERNO**  
**CONTROLADORIA GERAL MUNICIPAL**

|        |  |   |  |     |  |  |
|--------|--|---|--|-----|--|--|
|        |  |   |  |     |  | 35.882,77  |
| 1.3.10 | Dívida pública – extrapolação de limite no decorrer da execução orçamentária – redução do valor excedente. | LC 101/2000, art. 31. Resolução nº 40/2001 do Senado Federal. | Avaliar se a dívida consolidada do Município ultrapassou o respectivo limite ao final de um quadrimestre. Em caso positivo, verificar se a mesma foi reconduzida ao seu limite até o término dos três quadrimestres subsequentes, reduzindo o excedente em pelo menos 25% (vinte e cinco por cento) no primeiro. | SIM | Relatório de Gestão Fiscal<br><br>Conformidade – Revisão analítica efetuada no Demonstrativo RGF Demonstrativo da dívida consolidada 1º e 2º semestre. Orçamento fiscal. | Receita corrente líquida R\$ 32.325.778,99 (trinta e dois milhões, trezentos e vinte e cinco mil, setecentos e setenta e oito reais e noventa e nove centavos)<br>Limite da resolução 120% sobre a RCL: R\$ 38.790.934,80 ( trinta e oito milhões setecentos e noventa mil, novecentos e trinta e quatro reais e oitenta centavos)<br><br>Divida Consolidada do município 2º semestre R\$ 212.476,52 (duzentos e doze mil, quatrocentos e setenta e seis reais e cinquenta e dois centavos). 0,66% sobre a Receita Corrente Líquida.<br><br>Não ultrapassou limite definido Pelo Senado federal. |
| 1.3.11 | Operação de crédito por antecipação de receita orçamentária – limite                                       | Resolução nº 43/2001 do Senado Federal, art. 10.              | Avaliar se houve contratação de operações de crédito por antecipação de receita orçamentária no exercício. Existindo, verificar se o saldo devedor das operações de crédito por antecipação de receita orçamentária não excedeu o limite de 7% (sete por cento) da receita corrente líquida.                     | SIM | Conformidade – Revisão Analítica. Efetuada no Demonstrativo de Operação. de Crédito do Relatório de Gestão Fiscal  | O município não contratou operações de crédito no exercício de 2021  |
| 1.3.12 | Educação – remuneração dos profissionais do magistério   | CRFB/88, art. 60, inciso XII do ADCT.                         | Avaliar se foram destinados, no mínimo, 60% dos recursos do FUNDEB ao pagamento dos profissionais do magistério da educação básica em efetivo exercício.   | SIM | Conformidade - Verificação documenta efetuada Demonstrativo simplificado do relatório resumido da  | O município R\$ 3.459.535,03 (três milhões, quatrocentos e cinquenta e nove mil, quinhentos e trinta e cinco reais e três centavos)  |



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTO BELO**  
**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**UNIDADE CENTRAL DE CONTROLE INTERNO**  
**CONTROLADORIA GERAL MUNICIPAL**

|        |                          |   |   |     |   |   |
|--------|--------------------------|---|---|-----|---|---|
|        |                          |   |   |     | execução orçamentária-RREO. Despesas com Manutenção e desenvolvimento do ensino.  | correspondente ao percentual de 70,38% dos recursos do FUNDEB,  |
| 1.3.13 | Educação Pertinência –   | Lei nº 9.394/1996 (LDB), arts. 70 e 71.                         | Avaliar se as despesas consideradas como aplicação na manutenção e no desenvolvimento do ensino atenderam as disposições contidas nos artigos 70 e 71 da LDB, observando, inclusive, o tratamento dispensado às transferências de recursos para os fundos financeiros dos regimes próprios de previdência (repasse financeiro para cobertura de déficit previdenciário), os quais não devem ser considerados para fins de aplicação.  | SIM | Demonstrativo simplificado do relatório resumido da execução orçamentária.  | Sim, foram observadas as proibições e permissões legais,<br><br>O município não possui Regime Próprio de Previdência, se enquadra no Regime Geral.  |
| 1.3.14 | Saúde aplicação mínima – | CRFB/88, art. 77, inciso III, do ADCT c/c LC 141/2012, arts. 6º | Avaliar se foram aplicados, em ações e serviços públicos de saúde, recursos mínimos equivalentes a 12% e 15%, respectivamente, pelo estado e pelos municípios, da totalidade da arrecadação de impostos e das transferências que compõem a base de cálculo conforme previsto na CRFB/88 e na LC 141/2012.   | SIM | Demonstrativo simplificado do relatório resumido da execução orçamentária<br><br>Despesas com ações e serviços públicos de saúde. | Aplicados em ações e serviços públicos de saúde o equivalente a 6.222.903,86(seis milhões, duzentos e vinte e dois mil, novecentos e três reais e oitenta e seis centavos) Representando 28,34 nas ações e serviços de saúde. |
| 1.3.15 | Saúde pertinência –      | LC 141/2012, arts. 3º e 4º                                      | Avaliar se as despesas consideradas como aplicação em ações e serviços públicos de saúde atenderam as disposições contidas nos artigos 3º e 4º da LC 141/2012, observando, inclusive, o tratamento dispensado às transferências de recursos para os fundos financeiros dos regimes próprios de previdência (repasse financeiro para cobertura de déficit previdenciário), os quais não devem ser considerados para fins de aplicação. | SIM | Demonstrativo simplificado do relatório resumido da execução orçamentária   | Sim, foram observadas as proibições e permissões legais.<br><br>O município não possui Regime Próprio de Previdência, se enquadra no Regime Geral.  |



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTO BELO**  
**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**UNIDADE CENTRAL DE CONTROLE INTERNO**  
**CONTROLADORIA GERAL MUNICIPAL**

**2. Itens de abordagem complementar**

**2.1 Instrumentos de planejamento: Plano Plurianual-PPA, Lei de Diretrizes Orçamentárias-LDO e Lei Orçamentária Anual LOA**

| <b>Código</b> | <b>Ponto de Controle</b>   | <b>Base Legal</b>                           | <b>Procedimento</b>   | <b>Visto</b> | <b>Processos Administrativos Analisados</b>   | <b>Resultado da Análise</b>   |
|---------------|--|---|---|--------------|---|---|
| 2.1.1         | LDO – compatibilidade com Plano Plurianual.                      | CRFB/88, art. 165, § 1º.                    | Avaliar se as diretrizes, objetivos e metas estabelecidas na LDO estiveram compatíveis com o PPA aprovado para o exercício.   | SIM          | Conformidade - verificação documental efetuada na Lei 596/2020 – LDO; Lei 485/2017 PPA (quadriênio 2018 a 2021) | Artigo 18 parágrafos 1º e 2º, da LDO lei 596/2020.  |
| 2.1.2         | LDO – limitação de empenho.                                      | LC 101/2000, art. 4º, inciso I, alínea “b”  | Avaliar se a LDO aprovada para o exercício continha dispositivo estabelecendo critérios e forma de limitação de empenho, a ser efetivada nas hipóteses previstas na alínea b do inciso II do artigo 4º, no art. 9º e no inciso II do § 1º do art. 31, todos da LRF. | SIM          | Conformidade - verificação documental efetuada na Lei 596/2020 – LDO;   | As prioridades para Limitação de empenho , bem como os procedimentos, estão previstos no artigo 24 da Lei 596/2020 (dispõe sobre as diretrizes para elaboração do orçamento exercício 2021) |
| 2.1.3         | LDO – controle de custos e avaliação de resultados de programas. | LC 101/2000, art. 4º, inciso I, alínea “e”. | Avaliar se a LDO aprovada para o exercício continha dispositivo estabelecendo normas relativas ao controle de custos e à avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos.  | SIM          | Conformidade - verificação documental efetuada na Lei 596/2020 – LDO;   | Artigo 39 parágrafo Único- e artigo 40 da Lei 596/2020 – LDO;   |



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTO BELO**  
**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**UNIDADE CENTRAL DE CONTROLE INTERNO**  
**CONTROLADORIA GERAL MUNICIPAL**

|       |   |   |  |     |  |  |
|-------|---|---|--|-----|--|--|
| 2.1.4 | LDO – condições para transferências de recursos a entidades privadas. | LC 101/2000, art. 4º, inciso I, alínea “f”. | Avaliar se a LDO aprovada para o exercício continha dispositivo estabelecendo condições e exigências para transferências de recursos a entidades públicas e privadas.  | SIM | Conformidade - verificação documental efetuada na Lei 596/2020 – LDO;  | Estar Previsto no artigo 32 e parágrafo Único Lei 596/2020 – LDO;  |
| 2.1.5 | LDO – Anexo de Metas Fiscais – abrangência                            | LC 101/2000, art. 4º, §§ 1º e 2º.           | Avaliar se a LDO aprovada para o exercício continha Anexo de Metas Fiscais estabelecendo metas anuais relativas a receitas e despesas, resultados nominal e primário, montante da dívida pública, dentre outras informações, na forma estabelecida pela LRF. | SIM | Conformidade - verificação documental efetuada na Lei 596/2020– LDO;   | Contém no anexo conforme art. 9º da Lei 596/2020: Metas fiscais atuais comparadas com as fixadas nos três exercícios anteriores; Evolução do patrimônio líquido; Origem e aplicação dos recursos obtidos com alienação de ativos; Estimativa e compensação da renúncia de receita; Margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado; Demonstrativo de riscos fiscais e providências. |
| 2.1.6 | LDO – Anexo de Metas Fiscais – conteúdo                               | Portaria STN nº 637/2012.                   | Avaliar se os demonstrativos que integraram o Anexo de Metas Fiscais da LDO aprovada para o exercício foram elaborados em observância ao Manual de Demonstrativos Fiscais editado pela STN.  | SIM | Conformidade - verificação documental efetuada na Lei 596/2020 – LDO – e Manual de Demonstrativo Fiscais editado pela STN. | Sim, o Anexo das metas fiscais da LDO, aprovada para o exercício, foi elaborado em observância ao Manual de Demonstrativos Fiscais editado pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN.  |
| 2.1.7 | LDO – Anexo de Riscos Fiscais – abrangência                           | LC 101/2000, art. 4º, § 3º.                 | Avaliar se a LDO aprovada para o exercício continha Anexo de Riscos Fiscais avaliando os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas, informando as   | SIM | Conformidade - verificação documental efetuada na Lei 596/2020 – LDO –   | Sim, Consta o anexo de riscos fiscais, passivo contingente (demandas judiciais e trabalhistas) Providência R\$ 150.000,00<br>Total R\$ 150.000,00  |





**PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTO BELO**  
**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**UNIDADE CENTRAL DE CONTROLE INTERNO**  
**CONTROLADORIA GERAL MUNICIPAL**

|        |   |                             |   |     |   |   |
|--------|---|-----------------------------|---|-----|---|---|
|        |   |                             | providências a serem tomadas, caso esses passivos e riscos se concretizassem.   |     |   | .   |
| 2.1.8  | LDO – Anexo de Riscos Fiscais – conteúdo  | Portaria STN nº 637/2012    | Avaliar se o Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências que integrou a LDO aprovada para o exercício foi elaborado em observância ao Manual de Demonstrativos Fiscais editado pela STN.   | SIM | Conformidade - verificação documental efetuada na Lei 596/2020 – LDO – e Manual de Demonstrativos Fiscais editado pela STN. | Sim, o Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências que integra a LDO aprovada para o exercício, foi elaborado em observância ao Manual de Demonstrativos Fiscais editado pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN |
| 2.1.9  | Programação orçamentária – disponibilização de estudos e estimativas de receitas. | LC 101/2000, art. 12, § 3º. | Avaliar se o Poder Executivo colocou à disposição dos demais Poderes e do Ministério Público, no mínimo trinta dias antes do prazo final para encaminhamento de suas propostas orçamentárias, os estudos e as estimativas das receitas para o exercício subsequente, inclusive da corrente líquida, e as respectivas memórias de cálculo. | SIM | Conformidade - verificação documental de expedientes internos.  | O município aplicou o disposto no artigo 12, § 3º da lei 101/2000 parcialmente,   |
| 2.1.10 | LOA – compatibilidade com a LDO e com o Plano Plurianual.                         | CRFB/88, art. 165, § 7º.    | Avaliar se os programas de governo, projetos e atividades previstos na LOA estiveram compatíveis com a LDO e PPA.   | SIM | Conformidade - verificação documental efetuada na Lei 596/2020 – LDO, Lei 600/2020 LOA e 485/2017-PPA                       | Sim, A Lei 596/2020 está compatível com a LDO e o PPA.  |
| 2.1.11 | LOA – demonstrativo da  | LC 101/2000, art. 5º,       | Avaliar se o demonstrativo de compatibilidade da programação orçamentária   | SIM | Conformidade - verificação documental efetuada na Lei 596/2020 – LDO e Lei 600/2020–  | Legislação Orçamentária Municipal referente ao exercício de 2021<br><br>LOA – Lei 600/2020 e  |



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTO BELO**  
**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**UNIDADE CENTRAL DE CONTROLE INTERNO**  
**CONTROLADORIA GERAL MUNICIPAL**

|        |   |  |  |     |  |  |
|--------|---|--|--|-----|--|--|
|        | compatibilidade dos orçamentos com objetivos e metas da LRF | inciso I   | com os objetivos e metas estabelecidos no Anexo de Metas Fiscais, parte integrante da LDO, integrou a LOA aprovada para o exercício.   |     | LOA  | LDO – Lei 596/2020   |
| 2.1.12 | LOA – demonstrativo dos efeitos da renúncia de receita.     | CRFB/88, art. 165, § 6º, c/c LC 101/2000, art. 5º, inciso II | Avaliar se o demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia, bem como, das medidas de compensação a renúncias de receita e ao aumento de despesas obrigatórias de caráter continuado integrou a LOA aprovada para o exercício. | Não | Não analisado  | Não analisado  |
| 2.1.13 | LOA – reserva de contingência                               | LC 101/2000, art. 5º, inciso III.                            | Avaliar se a LOA aprovada para o exercício contemplou dotação orçamentária para reserva de contingência, com forma de utilização e montante definidos e compatíveis com a LDO.   | SIM | Conformidade - Verificação documental efetuada na Lei nº 596/2020 LDO e Lei nº 600/2020– LOA | Foi fixada na LOA dotação orçamentária para reserva de contingência em montante definido, compatível ao percentual estabelecido na LDO em seu artigo 27 podendo destinar percentual não inferior a 3% das receitas correntes líquidas previstas e 10% do total do orçamento de cada entidade para abertura de créditos adicionais suplementares. |
| 2.1.14 | LOA – previsão de recursos para pagamento de precatórios    | CRFB/88, art. 100, § 5º.                                     | Avaliar se houve previsão na LDO e inclusão na LOA, de dotação necessária ao pagamento de débitos  | SIM | Conformidade - Verificação documental efetuada na Lei 596/2020 - LDO e                       | Previstos nos anexos das Leis Orçamentárias  |



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTO BELO**  
**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**UNIDADE CENTRAL DE CONTROLE INTERNO**  
**CONTROLADORIA GERAL MUNICIPAL**

|        |  |  |  |     |  |   |
|--------|--|--|--|-----|--|---|
|        |  |  | oriundos de sentenças transitadas em julgado, constantes de precatórios judiciais apresentados até 1º de julho, na forma do artigo 100 da CRFB/88. |     | 600/2020–LOA –   |   |
| 2.1.15 | LOA – vinculação de recursos.                            | LC 101/2000, art. 8º, parágrafo único. | Avaliar se a LOA foi aprovada e executada com as dotações de despesas vinculadas às respectivas fontes de recursos.                                | SIM | Conformidade - Verificação documental efetuada na Lei Orçamentária nº 600/2020 | Sim. Foi aprovada e executada com as dotações de despesas vinculadas às respectivas fontes de recursos.   |
| 2.1.16 | LOA – programação financeira e cronograma de desembolso. | LC 101/2000, art. 8º.                  | Avaliar se, após a publicação da LOA, foi estabelecida a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso.                   | NÃO | Não analisado  | Não analisado   |
| 2.1.17 | Transparência na gestão                                  | LC 101/2000, art. 48, parágrafo único. | Avaliar se foram realizadas audiências públicas durante o processo de elaboração e discussão dos projetos de lei do PPA, da LDO e da LOA.          | SIM | Conformidade - Verificação Documental  | Não foram realizadas audiências Públicas para elaboração e discussão dos projetos referidos.<br>OBS: a UCCI Unidade Central de Controle Interno através de ATO RECOMENDATÓRIO nº001 de 03 de fevereiro de 2021, recomendou a realização das referidas audiência. Porém, não foi cumprido. |

**2.2. Gestão Fiscal, Financeira e orçamentaria.**

| <b>Código</b> | <b>Ponto de Controle</b>                               | <b>Base Legal</b>     | <b>Procedimento</b>   | <b>Visto</b> | <b>Processos Administrativos Analisados</b>                  | <b>Resultado da Análise</b>   |
|---------------|--|-----------------------|---|--------------|--|---|
| 2.2.1         | Anexo de Metas Fiscais – cumprimento de metas fiscais. | LC 101/2000, art. 9º. | Avaliar se, após a identificação do descumprimento de meta fiscal ao final de determinado bimestre, em decorrência da não realização de receitas, | SIM          | Anexo de Metas Fiscais.<br><br>RREO, RGF. Balancete Contábil | As receitas comportaram o cumprimento das metas estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais |



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTO BELO**  
**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**UNIDADE CENTRAL DE CONTROLE INTERNO**  
**CONTROLADORIA GERAL MUNICIPAL**

|       |  |                       |  |     |   |   |
|-------|--|-----------------------|--|-----|---|---|
|       |  |                       | foram adotadas as medidas de limitação de empenho e movimentação financeira, nos trinta dias subsequentes.   |     |   |   |
| 2.2.2 | Instituição, previsão e execução de Receitas.                        | LC 101/2000, art. 11. | Avaliar se foram instituídos, previstos e efetivamente arrecadados todos os tributos de competência do ente da Federação. As providências adotadas no âmbito da fiscalização das receitas e combate à sonegação, as ações de recuperação de créditos em instâncias administrativas e judiciais, e os resultados alcançados.  | SIM | Lei Complementar numero 16/2017 (Código Tributário) Lei Complementar nº 20/2018 | Os tributos de competência do município foram instituídos devidamente, através da lei Complementar numero 16 em 29 dezembro de 2017 (Código Tributário). Alterado pela Lei Complementar nº 20/2018. Entretanto não foi identificada providências no âmbito de fiscalização das receitas e combate a sonegação. Situação que já foi identificada em anos anteriores. |
| 2.2.3 | Renúncia de receitas – estimativa de impacto orçamentário-financeiro | LC 101/2000, art. 14  | Avaliar se a concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita foi acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, se atende ao disposto na lei de diretrizes orçamentárias e se observou as disposições contidas nos incisos I e II, do artigo 14, da LRF. | SIM | Conformidade – Verificação Documental efetuada na legislação Municipal          | O Município não concedeu em 2021 o benefício de natureza tributária da qual decorresse renúncia de receita.   |
| 2.2.4 | Renúncia de  | LC                    | Existindo renúncia de receita  |     | Conformidade – Verificação  | O Município não concedeu benefício de   |



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTO BELO**  
**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**UNIDADE CENTRAL DE CONTROLE INTERNO**  
**CONTROLADORIA GERAL MUNICIPAL**

|       |  |  |   |     |  |   |
|-------|--|--|---|-----|--|---|
|       | receitas – eficácia da concessão ou ampliação do incentivo | 101/2000, art. 14, § 2º.                 | cuja condição de equilíbrio tenha sido a adoção de medida de compensação, hipótese do inciso II, do artigo 14 da LRF, avaliar se o ato de concessão ou ampliação do incentivo ou benefício de que trata o caput do artigo 14, só entrou em vigor quando efetivamente foram implementadas as medidas de compensação.                               | SIM | Documental efetuada na legislação Municipal                            | natureza tributária da qual decorresse renúncia de receita.                                       |
| 2.2.5 | Renúncia de receitas – legislação específica               | CRFB/88, art. 150, § 6º.                 | Avaliar se a concessão de subsídio ou isenção, redução de base de cálculo, concessão de crédito presumido, anistia ou remissão, relativos a impostos, taxas ou contribuições, foram concedidos mediante lei específica, estadual ou municipal, regulando exclusivamente as matérias acima enumeradas ou o correspondente tributo ou contribuição. | SIM | Conformidade – Verificação Documental efetuada na legislação Municipal | O Município não concedeu benefício de natureza tributária da qual decorresse renúncia de receita. |
| 2.2.6 | Renúncia de receitas - resultados                          | CRFB/88, art. 37. Legislação específica. | Avaliar se os resultados obtidos em decorrência da renúncia de receitas, sob o aspecto sócio-econômico, atenderem às justificativas apresentadas para sua concessão, as metas resultados esperados consignados nas leis que autorizaram os incentivos,  | SIM | Conformidade – Verificação Documental efetuada na legislação Municipal | Não houve renúncia de Rece3ita no exercício 2021  |



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTO BELO**  
**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**UNIDADE CENTRAL DE CONTROLE INTERNO**  
**CONTROLADORIA GERAL MUNICIPAL**

|       |   |   |   |     |  |  |
|-------|---|---|---|-----|--|--|
|       |   |   | bem como, se atenderam os princípios aplicáveis à administração pública consagrados no artigo 37 da CRFB/88.  |     |  |  |
| 2.2.7 | Renúncia de receitas-avaliação dos projetos   | LC 101/2000, art. 1º, §1º/Lei específica. | Avaliar se os projetos ou atividades beneficiadas com incentivos fiscais estão sendo objeto de acompanhamento, avaliação de resultados e benefícios esperados em face das justificativas apresentadas para sua concessão.   | SIM | Conformidade – Verificação Documental efetuada na legislação Municipal | Não houve benefício com incentivos fiscais a projetos ou atividades no exercício em questão. |
| 2.2.8 | Despesa pública – criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa – estimativa de impacto orçamentário-financeiro. | LC 101/2000, art. 16                      | Havendo criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental com consequente aumento da despesa, avaliar se os atos foram acompanhados de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício e nos dois subsequentes e se foram acompanhados por declaração do ordenador de despesas de que o aumento acarretado teve adequação e compatibilidade orçamentária e financeira com a LOA, com o PPA e com a LDO. | NÃO | Este item não foi objeto de verificação pelo Controle Interno          | Este item não foi objeto de verificação pelo Controle Interno                                |
| 2.2.9 | Despesa pública – criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação  | LC 101/2000, art. 17, § 3º.               | Havendo criação, expansão ou aperfeiçoamento de despesas de caráter continuado, avaliar se foram observadas as condições previstas no artigo  | NÃO | Este item não foi objeto de verificação pelo Controle Interno.         | Este item não foi objeto de verificação pelo Controle Interno.                               |



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTO BELO**  
**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**UNIDADE CENTRAL DE CONTROLE INTERNO**  
**CONTROLADORIA GERAL MUNICIPAL**

|        |   |  |  |     |  |  |
|--------|---|--|--|-----|--|--|
|        | governamental que acarrete aumento da despesa – afetação das metas fiscais. |  | 17, § 1º da LRF e se os efeitos financeiros decorrentes do ato praticado não afetarão as metas fiscais dos exercícios seguintes e serão compensados por aumento permanente de receitas ou pela redução permanente de despesas. |     |  |  |
| 2.2.10 | Execução de programas e projetos  | CRFB/88, art. 167, I.  | Avaliar se houve execução de programas ou projetos de governo não incluídos na lei orçamentária anual.   | SIM | Conformidade – Verificação Documental efetuada na legislação Municipal                               | Todos os programas e projetos executados no município foram executados em observância a Lei orçamentária.  |
| 2.2.11 | Execução de despesas – créditos orçamentários                               | CRFB/88, art. 167, II.                                       | Avaliar se houve realização de despesas ou a assunção de obrigações diretas que excederam os créditos orçamentários ou adicionais.   | SIM | Conformidade – Verificação Documental efetuada na legislação Municipal. Balancete Analítico Contábil | Todas as despesas foram realizadas dentro do previsto nos créditos orçamentários.  |
| 2.2.12 | Execução de despesas – vinculação   | CRFB/88, art. 167, inciso IV                                 | Avaliar se houve vinculação de receita de impostos a órgão, fundo ou despesa em desacordo com o inciso IV, do artigo 167, da CRFB/88.  | NÃO | Item não analisado pelo controle interno   | Item não analisado pelo controle interno   |
| 2.2.13 | Créditos adicionais – autorização legislativa para abertura                 | CRFB/88, art. 167, inciso V, c/c art. 43 da Lei nº 4.320/64. | Avaliar se houve abertura de crédito adicional suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes   | SIM | Lei 600/2020 Art. 5º (Crédito Suplementar)<br><br>Lei 616/21<br>Lei 630/21<br>Lei 633/21             | A abertura de créditos adicionais suplementares foram precedidos de autorização legislativa, conforme leis: Lei 600/2020 (LOA) (Crédito Suplementar)<br><br>Lei 616/21<br>Lei 630/21<br>Lei 633/21 |
| 2.2.14 | Créditos adicionais –   | Lei nº 4.320/1964,   | Avaliar se os créditos adicionais (suplementares ou  | SIM | Conformidade Verificação Documental  | Pela Lei 600/2020 Art. 5º (Crédito Suplementar)  |



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTO BELO**  
**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**UNIDADE CENTRAL DE CONTROLE INTERNO**  
**CONTROLADORIA GERAL MUNICIPAL**

|        |   |                                 |   |     |  |  |
|--------|---|---------------------------------|---|-----|--|--|
|        | decreto executivo   | art. 42.                        | especiais) autorizados por lei foram abertos mediante edição de decreto executivo.  |     | efetuada na legislação Municipal -Listagem de Créditos especiais       | Leis 616/2021 630/2021 633/2021  |
| 2.2.15 | Créditos orçamentários – transposição, remanejamento e transferências.  | CRFB/88, art. 167, inciso VI.   | Avaliar se houve a transposição, remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, sem prévia autorização legislativa.   | SIM | Legislação municipal específica  | Não houve transposição ou remanejamento ou transferência sem autorização legislativa.<br><br>A lei 600/2020 LOA Lei base para toda as transferências realizadas, |
| 2.2.16 | Autorização orçamentária para cobertura de déficit                      | CRFB/88, art. 167, inciso VIII. | Avaliar se houve utilização, sem autorização legislativa específica, de recursos dos orçamentos fiscais e da seguridade social para suprir necessidade ou cobrir déficit de empresas, fundações e fundos, inclusive dos mencionados no art. 165, § 5º da CRFB/88. | SIM | Conformidade – Verificação Documental efetuada na legislação Municipal | Não houve a utilização dos recursos citados.   |
| 2.2.17 | Autorização legislativa para instituição de fundos de qualquer natureza | CRFB/88, art. 167, inciso IX.   | Avaliar se houve instituição de fundos de qualquer natureza, sem prévia autorização legislativa.  | SIM | Conformidade – Verificação Documental efetuada na legislação Municipal | Não houve a criação de fundos no exercício de 2021.  |
| 2.2.18 | Créditos extraordinários – abertura                                     | CRFB/88, art. 167, § 3º.        | Avaliar se houve abertura de crédito extraordinário para realização de despesas que não atenderam situações imprevisíveis e urgentes, como as decorrentes de guerra,  | SIM | Conformidade – Verificação Documental efetuada na legislação           | Não houve  |





**PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTO BELO**  
**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**UNIDADE CENTRAL DE CONTROLE INTERNO**  
**CONTROLADORIA GERAL MUNICIPAL**

|        |   |  |  |     |  |   |
|--------|---|--|--|-----|--|---|
|        |   |  | comoção interna ou calamidade pública, observado o disposto no art. 62 da CRFB/88.   |     |  |   |
| 2.2.19 | Execução da programação financeira de desembolso.                               | LC 101/2000, art. 8º. Legislação específica – LOA. | Avaliar a execução da programação financeira de desembolso e o seu comportamento em relação à previsão, bem como, se for o caso, as razões determinantes do déficit financeiro.  | NÃO | Este item não foi analisado pela controladoria   | Este item não foi analisado pela controladoria  |
| 2.2.20 | Transparência na gestão – instrumentos de planejamento e demonstrativos fiscais | LC 101/2000, art. 48 e arts. 52 a 58 da LRF.       | Avaliar se foi dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público, aos seguintes instrumentos: PPA, LDO, LOA, Prestações de Contas Mensais e Anual, RREO e RGF, Pareceres Prévios emitidos por Órgão de Controle Interno e Externo, dentre outros. Avaliar, inclusive, se foram observadas as disposições contidas nos artigos 52 a 58 da LRF | SIM | Conformidade – Verificação Documental efetuada na legislação<br><br>Portal transparência | <i>Devidamente publicado:</i><br>- PPA a LDO e LOA,<br>-RGF 1º semestre 2º semestre e anual.<br><br>-RREO 1º, 2º, 3º, 4º, 5º e 6º bimestre<br>-balanço orçamentário e demonstrativos de restos a pagar por poder e órgão,<br>-Parecer prévio quando emitido e,<br>-relatório do e-sic,<br>-relatórios de prestação de contas anual emitidos pela UCCI,<br>-Instruções Normativas.<br><br>Quanto às disposições contidas na LRF foram divulgadas parcialmente. |
| 2.2.21 | Transparência na gestão – execução orçamentária                                 | LC 101/2000, art. 48 e arts. 52 a 58 da LRF.       | Avaliar se foram objeto de divulgação, em tempo real, de informações pormenorizadas da execução orçamentária e financeira, observadas as disposições contidas no artigo 48-A da LRF.   | SIM | Conformidade – Verificação Documental efetuada na legislação<br><br>Portal transparência | Os planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias; o Relatório Resumido da Execução Orçamentária e o Relatório de Gestão Fiscal; e as versões simplificadas desses documentos foram  |



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTO BELO**  
**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**UNIDADE CENTRAL DE CONTROLE INTERNO**  
**CONTROLADORIA GERAL MUNICIPAL**

|        |   |   |  |     |  |  |
|--------|---|---|--|-----|--|--|
|        |   |   |  |     |  | <i>publicados em tempo real.</i>   |
| 2.2.22 | Transparência na gestão – prestação de contas   | LC 101/2000, art. 49  | Avaliar se as contas do chefe do Poder Executivo ficaram disponíveis, durante todo o exercício, no respectivo Poder Legislativo e no órgão técnico responsável pela sua elaboração, para consulta e apreciação pelos cidadãos e instituições da sociedade. | SIM | Verificação documental. Consulta ao setor de contabilidade                     | <i>Em análise deste controle sobre este item, constatamos que as contas do chefe do poder executivo, encontra se no órgão técnico responsável por sua elaboração, (setor de contabilidade), Bem como foram encaminhadas ao Poder Legislativo.</i>  |
| 2.2.23 | Relatório Resumido da Execução Orçamentária e Relatório de Gestão Fiscal – elaboração | LC 101/2000, arts.52 a 55. Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF) | Avaliar se os demonstrativos fiscais que integram o RREO e o RGF foram elaborados em observância as normas editadas pela secretaria do Tesouro nacional.   | SIM | Conformidade – Verificação Documental efetuada na legislação<br><br>RREO e RGF | Os demonstrativos fiscais foram elaborados em da observância da legalidade   |
| 2.2.24 | Limitação para custeio de despesas  | LC 101/2000, art. 62.   | Avaliar se o Município contribuiu para o custeio de despesas de competência de outros entes da Federação sem observar o que dispõe o artigo 62 da LRF.   | SIM | Conformidade – Verificação Documental efetuada na legislação                   | O município contribuiu com custeio de outros entes da federação no tocante a convênios e subvenções, na área de saúde.<br>Conformidade – Verificação Documental efetuada na legislação municípios dentro das previsões legais e autorizado pelo Poder Legislativo:<br>Lei nº 614/2021 (Convênio com Hospital e Maternidade São Mateus-ES-Casa Nossa Senhora Aparecida, |



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTO BELO**  
**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**UNIDADE CENTRAL DE CONTROLE INTERNO**  
**CONTROLADORIA GERAL MUNICIPAL**

|        |  |                          |   |     |  |   |
|--------|--|--------------------------|---|-----|--|---|
|        |  |                          |   |     |  | Lei nº 613/21 Unidade Mista de Integração de Mucurici-ES  |
| 2.2.25 | Concessão de privilégios fiscais para empresas públicas ou sociedades de economia mista. | CRFB/88, art. 173, § 2º. | Avaliar se houve concessão de privilégios fiscais para empresas públicas ou sociedades de economia mista não extensivos ao setor privado. | SIM | Conformidade – Verificação Documental efetuada na legislação | Não houve concessão de privilégios fiscais para empresas públicas ou sociedade de economia mista. |

**2.3 Gestão Patrimonial**

| <b>Código</b> | <b>Ponto de Controle</b>                                | <b>Base Legal</b>  | <b>Procedimento</b>  | <b>Visto</b> | <b>Processos Administrativos Analisados</b>   | <b>Resultado da Análise</b>   |
|---------------|---|--|--|--------------|---|---|
| 2.3.1         | Evidenciação de resultados – consolidação               | Lei 4.320/1964, art. 85. LC 101/2000, arts. 50 e 51. Portarias STN nº 72 e 437/2012. | Verificar se os demonstrativos contábeis consolidam a execução orçamentária, financeira e patrimonial das unidades gestoras que integram o ente da federação, inclusive estatais dependentes e consórcios públicos.                                    | SIM          | Demonstrativos contábeis  | Os demonstrativos contábeis consolidam a execução Orçamentária, financeira e patrimonial. Não existem estatais dependentes nem consórcio público. |
| 2.3.2         | Dívida ativa e demais créditos tributários cancelamento | CRFB/88, art. 37 c/c LC 101/2000, art. 11  | Avaliar se houve comprovação do fato motivador para o cancelamento de dívida ativa e/ou demais créditos tributários, se houve previsão legal para a prática desses atos e se o impacto econômico-financeiro não comprometeu metas de resultados na LDO | SIM          | Conformidade – Verificação Documental efetuada no setor tributário analisando o lançamento sintético e relatório da dívida ativa e Créditos tributários | Não houve cancelamento de dívida ativa.   |



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTO BELO**  
**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**UNIDADE CENTRAL DE CONTROLE INTERNO**  
**CONTROLADORIA GERAL MUNICIPAL**

**2.4 Limites Constitucionais e legais**

| <b>Código</b> | <b>Ponto de Controle</b>  | <b>Base Legal</b>  | <b>Universe do Ponto de Controle</b>   | <b>Visto</b> | <b>Processos Administrativos Analisados</b>           | <b>Resultado da Análise</b>  |
|---------------|---|--|--|--------------|---|--|
| 2.4.1         | Dívida pública – precatórios – integração na dívida consolidada | LC 101/2000, art. 30, § 7º                                   | Avaliar se os precatórios judiciais não pagos durante a execução do orçamento que nele foram incluídos integram a dívida consolidada, para fins de aplicação dos limites estabelecidos pela Resolução nº 40/2001 do Senado Federal.  | NÃO          | Este item não foi analisado pela controladoria        | Este item não foi analisado pela controladoria   |
| 2.4.2         | Dívida pública-evidenciação no RGF                              | Resolução nº 40/2001 do Senado Federal, art. 4º, inciso III. | Nos casos em que a dívida consolidada líquida do Município ultrapassou o limite e o valor excedente está sendo reduzido na forma do inciso I, do artigo 4º, avaliar se o limite apurado anualmente, após a aplicação da redução de 1/15 (um quinze avo) está sendo registrado no Relatório de Gestão Fiscal a que se refere o art. 54 da Lei Complementar nº 101, de 2000; | SIM          | Conformidade – Verificação documental efetuada no RGF | Constatou-se que o Município não ultrapassou o limite definido Pelo Senado federal, portanto, sem necessidade de redução de excedente inexistente. |



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTO BELO**  
**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**UNIDADE CENTRAL DE CONTROLE INTERNO**  
**CONTROLADORIA GERAL MUNICIPAL**

|       |   |   |   |     |   |  |
|-------|---|---|---|-----|---|--|
| 2.4.3 | Dívida pública – extrapolação de limite no decorrer da execução orçamentária – redução do valor excedente | Resolução nº 40/2001 do Senado Federal, art. 4º, inciso IV, alínea b. | Avaliar se o Município, mesmo não apresentando, no exercício de 2001, dívida consolidada líquida superior aos limites estabelecidos nos incisos I e II, do artigo 3º, nos exercícios subsequentes a 2001 incorreram no descumprimento desses limites. Em caso positivo, avaliar se a regra do inciso I, do artigo 4º, está sendo aplicada a partir do exercício que ocorreu o descumprimento. | SIM | Conformidade – Verificação documental efetuada no RGF.            | Constatou-se que o Município não ultrapassou o limite definido Pelo Senado federal, portanto, sem necessidade de redução de excedente inexistente. |
| 2.4.4 | Operação de crédito – instituição financeira controlada   | LC 101/2000, art. 36  | Avaliar se o Município realizou operação de crédito com instituição financeira estatal sob seu controle, na qualidade de beneficiário do empréstimo.  | SIM | Relatório de Gestão Fiscal Demonstrativo s de operação de crédito | O Município não realizou nenhuma operação de crédito com instituição financeira, e nem tem sob seu controle a referida instituição.                |
| 2.4.5 | Operação de crédito – instituição financeira controlada   | Resolução nº 43/2001 do Senado Federal, art. 17.                      | Avaliar se foi realizada contratação de operação de crédito em que seja prestada garantia ao Município por instituição financeira por ele controlada.   | SIM | Relatório de Gestão Fiscal Demonstrativo s de operação de crédito | O Município não realizou nenhuma operação de crédito com instituição financeira, e nem tem sob seu controle a referida instituição.                |
| 2.4.6 | Operação de crédito-vedações  | Resolução nº 40/2001 do Senado Federal, art. 5º.                      | Avaliar se o Município contratou operação de crédito no exercício, estando impossibilitado de realizar tal operação em decorrência do descumprimento da regra   | SIM | Relatório de Gestão Fiscal Demonstrativo s de operação            | O Município não realizou nenhuma operação de crédito com instituição financeira.   |



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTO BELO**  
**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**UNIDADE CENTRAL DE CONTROLE INTERNO**  
**CONTROLADORIA GERAL MUNICIPAL**

|        |  |   |   |     |   |   |
|--------|--|---|---|-----|---|---|
|        |  |   | estabelecida pelo artigo 4º da Resolução nº 40/2001 do Senado Federal.  |     | de crédito  |   |
| 2.4.7  | Operação de crédito – vedações   | Resolução nº 43/2001 do Senado Federal, art. 5º.            | Avaliar se o Município incorreu em qualquer das vedações previstas no artigo 5º, da Resolução nº 43/2001, do Senado Federal.  | SIM | Relatório de Gestão Fiscal Demonstrativo de operação de crédito   | O Município não realizou nenhuma operação de crédito com instituição financeira.  |
| 2.4.8  | Operação de crédito – despesas de capital                              | CRFB/88, art. 167, inciso III                               | Avaliar se houve realização de operações de crédito em valor superior ao montante das despesas de capital, apurado na forma estabelecida pelo artigo 6º, da Resolução nº 43/2001 do Senado Federal  | SIM | Relatório de Gestão Fiscal Demonstrativo de operação de crédito   | O Município não realizou nenhuma operação de crédito com instituição financeira.  |
| 2.4.9  | Operação de crédito – limite global                                    | Resolução nº 43/2001 do Senado Federal, art. 7º, inciso I.  | Avaliar se o montante global das operações de crédito realizadas pelo Município no exercício financeiro ultrapassou o limite de 16% (dezesesseis por cento) da receita corrente líquida.  | SIM | Relatório de Gestão Fiscal Demonstrativo s de operação de crédito | O Município não realizou nenhuma operação de crédito com instituição financeira.  |
| 2.4.10 | Operação de crédito – limite para amortizações, juros e mais encargos. | Resolução nº 43/2001 do Senado Federal, art. 7º, inciso II. | Avaliar se o comprometimento anual com amortizações, juros e demais encargos da dívida consolidada, inclusive relativos a valores a desembolsar de operações de crédito já contratadas e a contratar, não excedeu a 11,5% (onze inteiros e cinco décimos por cento) da receita corrente líquida | SIM | Relatório de Gestão Fiscal Demonstrativo s de operação de crédito | O Município não realizou nenhuma operação de crédito com instituição financeira.. |
| 2.4.11 | Operação de crédito – concessão de garantias e contragarantias         | LC 101/2000, art. 40.                                       | Avaliar se houve concessão de garantias pelo Município a operações de crédito interno e externo. Existindo, verificar se foram observadas as condições estabelecidas no   | SIM | Relatório de Gestão Fiscal Demonstrativo s de operação de crédito | O Município não realizou nenhuma operação de crédito com instituição financeira.  |



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTO BELO**  
**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**UNIDADE CENTRAL DE CONTROLE INTERNO**  
**CONTROLADORIA GERAL MUNICIPAL**

|        |   |  |   |     |   |   |
|--------|---|--|---|-----|---|---|
|        |   |  | artigo 40 da LRF.   |     |   |   |
| 2.4.12 | Operação de crédito – concessão de garantias e contragarantias                            | Resolução nº 43/2001 do Senado Federal, art. 18. | Avaliar se as exigências contidas no artigo 18, da Resolução nº 43/2001 do Senado Federal foram observadas  | SIM | Relatório de Gestão Fiscal Demonstrativo s de operação de crédito | O Município não realizou nenhuma operação de crédito com instituição financeira.  |
| 2.4.13 | Operação de crédito – concessão de garantias e contragarantias – limite                   | Resolução nº 43/2001 do Senado Federal, art. 9º. | Avaliar se o saldo global das garantias concedidas pelo Município não excedeu a 22% (vinte e dois por cento) da receita corrente líquida  | SIM | Relatório de Gestão Fiscal Demonstrativo s de operação de crédito | O Município não realizou nenhuma operação de crédito com instituição financeira.  |
| 2.4.14 | Operação de crédito – cláusulas contratuais vedadas                                       | Resolução nº 43/2001 do Senado Federal, art. 20. | Avaliar se foram incluídas cláusulas vedadas pelo artigo 20, da Resolução nº 43/2001 do Senado Federal nos contratos relativos a operações de crédito firmadas pelo Município   | SIM | Relatório de Gestão Fiscal Demonstrativo s de operação de crédito | O Município não realizou nenhuma operação de crédito com instituição financeira.  |
| 2.4.15 | Operação de crédito por antecipação de receita orçamentária – exigências para contratação | LC 101/2000, art. 38, incisos I, II e III.       | Avaliar se houve contratação de operação de crédito por antecipação de receita orçamentária no exercício. Existindo, avaliar se foram observadas as exigências contidas nos incisos I, II e III, do artigo 38 da LRF. | SIM | Relatório de Gestão Fiscal Demonstrativo s de operação de crédito | O Município não realizou nenhuma operação de crédito com instituição financeira.  |
| 2.4.16 | Operação de crédito por antecipação de receita orçamentária – vedações                    | LC 101/2000, art. 38, inciso IV                  | Avaliar se houve contratação de operação de crédito por antecipação de receita orçamentária no exercício nas situações vedadas pelo inciso IV, do art. 38, da LRF.  | SIM | Relatório de Gestão Fiscal Demonstrativo s de operação de crédito | O Município não realizou nenhuma operação de crédito com instituição financeira,. |



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTO BELO**  
**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**UNIDADE CENTRAL DE CONTROLE INTERNO**  
**CONTROLADORIA GERAL MUNICIPAL**

2. Constatações e proposições Destacaram abaixo as constatações desta Unidade Central de Controle Interno, acerca dos itens selecionados para análise, conforme tabela do tópico 1.1, indicando os achados e as proposições, conforme destacamos na tabela abaixo, utilizando como referência o código indicado na tabela 1. **Informamos que as notificações aos responsáveis e que se encontra aguardando providências, foram formalizadas e protocoladas concomitante a este relatório.**

**1.Itens de abordagem prioritária**

**1.1 Gestão fiscal, financeira e orçamentária**

| <b>Código</b> | <b>Achados</b>   | <b>Proposições/Alertas</b>  | <b>Situação</b>   |
|---------------|--|---|---|
| 1.2.1         | Em verificação desta controladoria nos Relatório de arrecadação por receita de crédito e em análise do Setor tributos, confirmamos que os créditos tributários derivados de dívida ativa estão sendo devidamente gerados, porém, podemos constatar que o município não tomou providências, com vistas à cobrança da dívida ativa e dos demais créditos tributários, em desconformidade com preceito contido na LC 101/2000, art. 11. | Que o Poder Executivo bem como a procuradoria, através das vias legais use de todas as medidas cabíveis quanto à cobrança da dívida ativa e demais créditos tributários.<br><br>Problema esta que já perdura desde outra gestão conforme recomendação UCCI/PMPB 002/2020. | Recomendado aos responsáveis. –<br><br>Recomendação UCCI/PMPB nº 002/2020.<br><br>Aguardando adoção de providências |

**1. Itens de abordagem prioritária**

**1.3 Limites constitucionais e legais**

|       |   |  |   |
|-------|---|--|---|
| 1.3.9 | Em verificação desta controladoria através de Verificação documental na Lei 600/2020 (LOA); nos Relatório de pagamentos efetuados. E no Movimento financeiro no tocante aos repasses ao Legislativo, pode se constatar que os repasses obedeceram aos limites quanto aos valores.<br>Bem como quanto aos prazos fixado na CRFB/88, com exceção do mês de Junho que o repasse ocorreu no dia 21. | .<br>Entende-se que apesar do ocorrido não houver má fé, no entanto recomenda-se observância maior no cumprimento legal previsto na Constituição artigo 29-A parágrafo 2º inciso II. | Recomendado aos responsáveis. –<br><br>Recomendação UCCI/PMPB nº 003/2020.<br><br>Aguardando adoção de providências |
|-------|---|--|---|

**3. DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA, PATRIMONIAL E FISCAL**





**PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTO BELO**  
**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**UNIDADE CENTRAL DE CONTROLE INTERNO**  
**CONTROLADORIA GERAL MUNICIPAL**

---

Apresentamos abaixo, informações referentes às contas consolidadas do exercício de 2021 do Poder Executivo, sob o enfoque da análise da situação orçamentária, financeira e patrimonial do Município de Ponto Belo-ES, com base nas demonstrações contábeis da Administração Direta.

### **3. 1 – Da gestão Orçamentária**

#### **Planejamento:**

Para o exercício de 2021, foi estimada uma receita em R\$ 30.900.000,00 (trinta milhões e novecentos mil reais) (impostos, taxas, contribuições e outras fontes de recursos), visando custear as despesas públicas e as necessidades de investimentos. A realização da receita atende ao regime de caixa.

A despesa foi fixada em R\$ 30.900.000,00 (trinta milhões e novecentos mil reais) classificada em sua natureza por categoria econômica, grupo de natureza de despesa, modalidade de aplicação e elemento despesa, foi executada por regime de competência atendendo os estágios de empenho, liquidação e pagamento, conforme preceitua a Lei 4.320/64.

#### **- Execução Orçamentária:**

O orçamento fiscal do Município aprovado pela Lei Municipal nº. 600/2022 estimou a receita e fixou a despesa em R\$ 30.900.000,00 (trinta milhões e novecentos mil reais) para o exercício de 2021.

#### **- Receita Orçamentária:**

A receita prevista para o exercício 2021 foi de R\$ 30.900.000,00 (trinta milhões e novecentos mil reais)



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTO BELO**  
**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**UNIDADE CENTRAL DE CONTROLE INTERNO**  
**CONTROLADORIA GERAL MUNICIPAL**

---

A receita orçamentária fiscal arrecadada do exercício foi de R\$ 32.325.778,99 (trinta e dois milhões, trezentos e vinte e cinco mil, setecentos e setenta e oito reais e noventa e nove centavos).

**-Despesa Orçamentária:**

Créditos Adicionais Suplementares:

A Lei Orçamentária Anual nº. 600/2020, conforme disposto no artigo 5º, autorizou a abertura de crédito suplementar em percentual de 50,00% do valor da despesa fixada.

**3.2 – Dos Limites Constitucionais Aplicação em Ações e Serviços Públicos de Saúde:**

Com a promulgação da Emenda Constitucional nº. 29 de 13/09/2000 ficaram garantidos recursos mínimos a serem aplicados pelo Município nas ações e serviços públicos de saúde. A aplicação mínima exigida é de 15% (quinze por cento) do produto da arrecadação dos impostos a que se referem os artigos 156, 158 e 159, inciso I, alínea b e § 3º da CRFB/88

Considerando a despesa empenhada, o percentual real aplicado foi de 28,34 % correspondente a R\$ 6.222.903,86(seis milhões, duzentos e vinte e dois mil, novecentos e três reais e oitenta e seis centavos).

**-Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino:**



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTO BELO**  
**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**UNIDADE CENTRAL DE CONTROLE INTERNO**  
**CONTROLADORIA GERAL MUNICIPAL**

---

O demonstrativo de Aplicação de Recursos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino demonstra um percentual de 29,66%, correspondente a R\$ 6.493.655,35 (seis milhões, quatrocentos e noventa e três mil, seiscentos e cinquenta e cinco reais e trinta e cinco centavos) superando o mínimo estabelecido pelo artigo 212 da Constituição Federal.

Com os profissionais do magistério em efetivo exercício de suas funções foram aplicados dos recursos provenientes do FUNDEB e das aplicações financeiras de 70,38% Correspondente a R\$ 3.459.535,03 (três milhões, quatrocentos e cinquenta e nove mil, quinhentos e trinta e cinco reais e três centavos)

**-Com Pessoal:**

A Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000, estabelece em seu artigo 20, inciso III, alínea “b,” que os gastos com pessoal do Poder Executivo não poderá exceder em 54,00% (cinquenta e quatro por cento).

Município aplicou 48,58%, totalizando **R\$ 15.704.867,32**, (quinze milhões, setecentos e quatro mil, oitocentos e sessenta e sete reais e trinta e dois centavos) cumprindo a norma contida no artigo 20, III “b” da Lei Complementar nº. 101/2000.

**3.3-Limite Constitucional do Poder Legislativo:**

O montante repassado ao Poder Legislativo foi na ordem de R\$ 1.050.000, 00 (Um milhão e cinquenta mil reais), conforme previsto na Lei Orçamentária. Desta forma fica evidenciado o cumprimento do artigo 29-A da Constituição Federal.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTO BELO**  
**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**UNIDADE CENTRAL DE CONTROLE INTERNO**  
**CONTROLADORIA GERAL MUNICIPAL**

---

No tocante ao parágrafo 2º inciso II, com exceção do mês de junho foi obedecida à data limite para o repasse.

### **3.4 Da Gestão Previdenciária.**

O município de Ponto Belo-ES não possui Regime Próprio de Previdência, submetendo-se ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS

## **4. PARECER DO CONTROLE INTERNO**

Examinamos a prestação de contas anual elaborada sob a responsabilidade do Sr. JAIME SANTOS DE OLIVEIRA JUNIOR, Prefeito Municipal do Município de Ponto Belo, relativa ao exercício de 2021 com objetivo de:

I - avaliar o cumprimento das metas previstas na lei de diretrizes orçamentárias e no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos do Estado e dos Municípios;

II - comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia, eficiência e economicidade da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração municipal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado;

III - exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres do Município;

IV - apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

Em nossa opinião, tendo como base os objetos e pontos de controle avaliados, elencados no item “1” desta manifestação, a referida prestação de contas se



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTO BELO**  
**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**UNIDADE CENTRAL DE CONTROLE INTERNO**  
**CONTROLADORIA GERAL MUNICIPAL**

---

encontra em que pese às inconformidades encontradas adequadas a posição orçamentária, financeira, patrimonial e de gestão fiscal do exercício a que se refere, observa que as inconformidades apontadas não forma suficientes para desaprovar a sua **REGULARIDADE**.

Ao examinar as peças com compõem a Prestação de Contas Anual elaborada sob a responsabilidade do Sr. JAIME SANTOS DE OLIVEIRA JUNIOR, Prefeito do Município de Ponto Belo-ES, relativa ao exercício de 2021, relatamos:

**5.1– Identificação de “Achados” em determinados Pontos de Controle - Tabela do item 1:**

Conforme consta na tabela de “Constatações e Proposições”, no item “1.2” deste Relatório, constatamos os seguintes “achados”, em seus respectivos códigos da tabela 1: “1.2.1”, “1.3.9”.

Os achados apontados na tabela 1 já foram alvos de recomendações (UCCI/PMPB nº 002/2020; 003/20) desta Controladoria e foi reiterado para que providencias sejam tomadas no sentido de resolução.

**6. No Município de Ponto Belo-ES, a Controladoria conta apenas com um servidor (controlador).**

| Quantidade | Cargo                          | Formação |
|------------|--------------------------------|----------|
| 01         | Controlador Geral do Município | Direito  |

Ponto Belo, 11 de março de 2022

**TEODORICO SANTOS DE OLIVEIRA FILHO**  
**Controlador interno**